

## **A Pesquisa e os Pesquisadores em Educação na Ciência Política Brasileira**

**Amurabi Oliveira**

*Universidade Federal de Santa Catarina*

**Camila Ferreira da Silva**

*Universidade Federal do Amazonas*

**Ana Martina Baron Engerhoff**

*Universidade Federal de Santa Catarina*

**Beatriz Melchiorretto**

*Universidade Federal de Santa Catarina*

### **1 Introdução**

Não se trata de algo novo indicar que, no Brasil, a tentativa de construção de uma agenda de ciências sociais aplicadas à educação encontrou inúmeros entraves institucionais. O empreendimento mais conhecido fora a criação na década de 1950 do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), sob os auspícios de Anísio Teixeira (1900-1971) que, apesar de ter sobrevivido até a década de 1970 e ter contado ainda com centros regionais em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, acabou encerrando suas atividades sem de fato conseguir cumprir plenamente sua proposta inicial (Silva, 2002).

A partir da Reforma Universitária de 1968, com o advento dos programas de pós-graduação e também das Faculdades de Educação, a fragmentação institucional tornou-se ainda mais evidente, distanciando sensivelmente a pesquisa em educação das ciências sociais (Cunha, 1992). Ainda assim, é importante indicar que a educação nunca deixou de ser um objeto de reflexão das ciências sociais, especialmente da sociologia, mesmo com certa dificuldade de institucionalização na agenda de pesquisa destas ciências que passavam a se autonomizar cada vez mais.

É bem verdade que balanços regulares passaram a ser realizados recorrentemente, buscando captar o movimento de incorporação da pesquisa educacional na agenda das ciências sociais, como bem atestam os trabalhos de Gouveia (1989) e Weber (1992) entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990. Estes balanços convergem ao indicarem uma posição relativamente periférica da discussão, em que pese o reconhecimento de sua relevância social, apontando ainda para uma predominância da sociologia no diálogo com a educação, em comparação com as demais ciências sociais.

Ao observarmos os balanços realizados pelas áreas, fomentados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), percebemos que apenas na sociologia a educação figura como uma temática que vem sendo analisada sistematicamente (Neves, 2002; Martins e Weber, 2010; Barbosa e Gandin, 2020). Essa maior afinidade da sociologia com o debate

em educação elabora-se no contexto de uma produção profundamente interdisciplinar (Ball, 2004), marcada no caso brasileiro por uma divisão institucional existente entre a produção acadêmica desenvolvida nos Departamentos de Sociologia/Ciências Sociais e nas Faculdades de Educação.

De outro lado, em coletânea recente sobre a Ciência Política (CP) brasileira (Avritzer, Milani e Braga, 2016), fica evidente a especialização dos temas predominantes neste campo no Brasil, relacionados à teoria política normativa, pensamento político brasileiro, estudos do legislativo, políticas públicas, política externa, entre outros. Apesar de reconhecer-se que a educação não ocupa um lugar central na agenda de pesquisa da CP no Brasil, isto não implica em afirmar que não haja o desenvolvimento de pesquisas nessa seara<sup>1</sup>. Como bem apontam Jakobi, Martens e Wolf (2010), também no plano internacional podemos observar que há certa “negligência” por parte dos cientistas políticos em abordar questões educacionais, o que contrasta com o forte impacto na agenda política de diversos países causado pelo advento de programas como o PISA<sup>2</sup> e o Processo de Bolonha<sup>3</sup>.

Interessante destacar ainda que a Associação Brasileira de Ciência Política possui uma área temática em “Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais”, que objetiva estimular e fomentar as discussões sobre a docência e a pesquisa na área. Todavia, esta área dialoga, sobretudo, com a questão da formação de professores e pesquisadores em CP e Relações Internacionais, não sendo seu foco as pesquisas em Educação. No plano internacional destacamos a existência da área temática de “Ensino da Ciência Política” na Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP), e do comitê de pesquisa “Socialização Política e Educação” da Associação Internacional de Ciência Política. A existência dessas áreas nas diversas associações científicas em CP pode indicar o reconhecimento da necessidade de se desenvolver uma reflexão sobre os processos educativos, bem como sobre o ensino e a formação de quadros.

No Brasil podemos destacar ainda o fato de que são lecionados conteúdos de CP no ensino médio por meio da disciplina de sociologia (Pereira, 2015), ainda que esta temática pareça ganhar mais fôlego junto aos eventos promovidos pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), ou ainda pela Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). Em contrapartida, observa-se na área temática relacionada ao ensino da ABCP uma predominância de debates vinculados ao ensino de CP no ensino superior.

Tendo em vista tais considerações, neste trabalho buscamos analisar empiricamente como que a questão educacional se coloca no campo da CP no Brasil, o que será explorado tanto a partir das instituições como a partir dos seus agentes. Interessa-nos evidenciar o perfil dos pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em CP que se dedicam à questão educacional, para podermos compreender melhor o processo de institucionalização dessa agenda. Considerando-se a parca literatura acerca dessa interface no Brasil, nosso trabalho enfatiza uma dimensão mais descritiva

---

<sup>1</sup> Curiosamente, no Brasil a área da Educação traz uma constante presença das questões ligadas à Política educacional, Estado, Democracia, entre outros temas afins na sua agenda de pesquisa (Silva, 2017), o que nos permite interrogar que tipos de diálogos esta área tem promovido historicamente com a Ciência Política para o desenvolvimento desta frente de debates e pesquisas. Acreditamos que este apontamento pode indicar uma nova frente de análise.

<sup>2</sup> PISA é a sigla para Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), trata-se de uma avaliação de desempenho escolar internacional que vem sendo realizada de forma bianual desde 2000, coordenada pela Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo contado em sua última edição com 65 países.

<sup>3</sup> Refere-se ao processo iniciado em 1999 entre diversos países europeus que visava facilitar o intercâmbio de graduados e adaptar o conteúdo dos estudos universitários (Bianchetti, 2015).

dos dados, possibilitando assim uma primeira aproximação com o tema, abrindo-se assim a possibilidade de desdobramento de outras frentes de pesquisa nessa seara.

## 2 Procedimentos Metodológicos

Os recortes possíveis para compreender a agenda da CP no Brasil são múltiplos, dado o complexo processo de institucionalização desta área, marcada por uma crescente autonomização com relação às demais ciências sociais (Lamounier, 1982; Forjaz, 1997; Lessa, 2010; Leite e Codato, 2013; Marengo, 2016). Este processo de autonomização reflete a dinâmica dos campos sociais, na medida em que todos os campos são relativamente autônomos, e passam a se orientar gradativamente por regras próprias dentro dos processos de disputas promovidos pelos agentes (Bourdieu, 2005). Todavia, em que pese o reconhecimento desse fenômeno, não podemos olvidar que no Brasil ainda são numerosos os programas de pós-graduação em ciências sociais, bem como em sociologia política que mantêm um caráter interdisciplinar, nos quais a CP compõe um dos eixos principais em termos formativo (Lima e Cortes, 2013).

Assim sendo, deve-se reconhecer que a agenda da CP no Brasil não é forjada exclusivamente a partir dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) no sentido estrito, elaborando-se numa clara interface com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Sociologia Política (PPGSP), além de outras áreas afins, como Relações Internacionais, Políticas Públicas, etc. Somam-se a isso os diversos institutos e centros de pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) em Recife, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em São Paulo, apenas para citarmos alguns exemplos.

Há ainda o fenômeno recente de ampliação do número de graduações em Ciências Sociais (Oliveira, 2015) e em Ciência Política, que ocorreu no contexto de mudanças na educação básica, com a reintrodução da sociologia no currículo escolar, e no ensino superior, com o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>4</sup>. Este acontecimento implicou no surgimento de novos núcleos de pesquisa formados por cientistas políticos que amiúde ainda não possuem vínculo com a pós-graduação, ainda que orientem trabalhos por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBIC) e trabalhos finais em nível de graduação.

Queremos demonstrar com isso a amplitude do escopo da pesquisa em CP no Brasil e a difusão que envolve a institucionalização de sua agenda de investigação. Sendo assim, para os propósitos deste artigo realizamos um recorte a partir especificamente dos PPGCP, pois, ainda que se reconheça a relevância dos PPGCS e afins, é a partir dos primeiros que encontramos um movimento de rotinização e formação de quadros em CP no sentido estrito. Importante enfatizar ainda que atualmente há uma elevada taxa de profissionalização dos egressos dos PPGCP, que atuam majoritariamente na educação e na administração pública (Marengo, 2019), de tal modo que compreender a dinâmica de tais programas implica em observarmos o processo reprodução do *corpus* de pesquisadores nessa área.

---

<sup>4</sup> Programa criado por meio do Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007).

Este recorte metodológico considera ainda que no processo de autonomização da CP como área acadêmica no Brasil os PPGCP passam a ter um peso mais determinante nas “regras do campo”. Como bem indica Bourdieu (2004), os agentes com maior capital simbólico em determinado campo possuem a capacidade de “deformar” as regras do campo, isso no campo acadêmico se reflete na capacidade de elaborar uma agenda de pesquisa, ocupar posições-chaves em comitês de pesquisa, determinar os perfis acadêmicos dos agentes a serem recrutados pelos departamentos de CP, etc. Nesse sentido, a movimentação da CP no Brasil, de instituições de pesquisa nacionais e internacionais para o interior das universidades, para além da luta estrita por sua autonomia enquanto disciplina, é expressão das disputas mais amplas no campo científico brasileiro – em meio ao posicionamento das instituições de ensino superior como principais esferas da comunidade acadêmica no país (Hey, 2008) – em torno da legitimação de um espaço próprio, das posições dos agentes e de um monopólio da produção científica frente aos embates tacitamente colocados na relação com outras disciplinas (Bourdieu, 2011).

Mesmo considerando apenas a área de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com relação à CP, é importante ter em vista que esta área também é bastante heterogênea e plural internamente. Atualmente, trata-se da área de Ciência Política e Relações Internacionais, composta por 61 programas, sendo 18 apenas de mestrado, 1 apenas de doutorado, 16 mestrados profissionais, 24 programas de mestrado e doutorado acadêmico e dois programas de mestrado e doutorado profissional. Assim como em outras áreas do conhecimento, houve uma expansão significativa em período recente no número de programas, saltando de 10, que estavam em funcionamento em 2000, para os atuais 61. Essa expansão ocorreu assentada também num desenvolvimento bastante interdisciplinar, como aponta o mais recente documento de área:

A Área possui, hoje, uma forte vocação interdisciplinar. Podemos dividir a Área de CP&RI em quatro subáreas com especialidades definidas: Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas e Estudos de Defesa/Estudos Estratégicos. Em 2019, havia 18 programas de Ciência Política, 17 de Políticas Públicas, 16 de Relações Internacionais e 8 de Defesa/Estudos Estratégicos (CAPES, 2019, p. 10).

Tendo em vista os objetivos deste artigo, a análise se concentrou apenas nos programas em CP, cujo levantamento de dados ocorreu em 2020, incorporando assim os dados dos cursos de 2019. O primeiro passo, portanto, foi o levantamento junto à Plataforma Sucupira<sup>5</sup> acerca dos programas na área, no qual procedemos à análise principalmente de dois dados: a) linhas de pesquisa e b) docentes da pós-graduação.

Com relação às linhas de pesquisa, analisou-se os títulos e suas respectivas ementas, buscando examinar em quais programas havia linhas de pesquisa que indicassem uma interface com a educação. Foi possível compreender assim que as linhas de pesquisa podem refletir o grau de institucionalização da educação na CP brasileira. Ademais, as linhas refletem a própria ação dos agentes, que as elaboram em conformidade com as regras válidas no campo acadêmico da CP e com as posições de prestígio que ocupam no interior da disciplina (Catani, 2011).

---

<sup>5</sup> Plataforma disponibilizada pela CAPES (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>), que condensa informações de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), servindo, portanto, como ferramenta para coleta de informações, de análise e avaliações.

Em seguida, examinou-se o perfil dos docentes que integram os programas selecionados, o que se fez por meio do cruzamento dos dados disponibilizados na Plataforma Sucupira, incorporando tanto os professores permanentes quanto os colaboradores, com os dados da Plataforma Lattes<sup>6</sup>. Ao examinar o perfil dos docentes destes programas foram observados cinco indicadores, a saber: a) haver pesquisado tema relacionado à educação em seu mestrado e/ou doutorado; b) indicar a educação ou tema relacionado como área de atuação no lattes; c) participar ou ter participado de projeto de pesquisa relacionado ao tema da educação; d) publicar ou ter publicado artigo, capítulo de livro, coletânea ou livro relacionado ao tema da educação; e) orientar ou ter orientado trabalho na pós-graduação relacionado ao tema da educação.

Examinados tais dados selecionamos nossa amostra com base nos indicadores acima, considerando como pesquisadores vinculados ao campo educacional aqueles que apresentassem ao menos três desses indicadores. A presença de um ou dois indicadores parece indicar um diálogo mais incidental com a área, principalmente no que se refere às orientações, o que eventualmente acaba por gerar publicações oriundas das pesquisas dos mestrandos e doutorandos, mas publicadas em coautoria com os professores do programa, obedecendo uma prática usual na relação de orientação.

Por fim, passamos, então, a examinar o perfil desses docentes em termos de percurso formativo, temáticas pesquisadas vinculadas à educação, distribuição geográfica, etc., visando compreender certa morfologia da pesquisa em educação na CP a partir de seus agentes.

### 3 Os Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e a Pesquisa em Educação

Como já indicado, excluímos de nossa análise programas de caráter híbrido, restringindo-nos unicamente aos programas *stricto sensu* em Ciência Política. Tais programas (16 de mestrado e 11 de doutorado, em um total de 16 instituições) constituem um conjunto bastante heterogêneo, considerando o tempo de funcionamento, número de linhas de pesquisa e de professores. Para uma melhor análise, sintetizamos abaixo esses dados mais gerais:

**Quadro 1: Programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil**

<b>Instituição</b>	<b>Início das Atividades<sup>7</sup></b>	<b>Cursos Oferecidos</b>	<b>Número de linhas</b>	<b>Número de docentes<sup>8</sup></b>
Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)	2018	ME	2	17
Universidade de Brasília (Unb)	1984	ME/DO	4	21
Universidade de São Paulo (USP)	1974	ME/DO	4	54

<sup>6</sup> Sistema de currículos virtuais de pesquisadores, grupos de pesquisa e instituições mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>7</sup> Com relação ao início das atividades estamos considerando a data do curso mais antigo indicado pela Plataforma Sucupira, uma vez que no mesmo programa os cursos de mestrado e doutorado podem ter datas distintas de constituição. Deve-se atentar ainda que em alguns casos, ainda que os programas indiquem uma determinada data de criação, há aqueles que são originários de um processo de desmembramento de programas em ciências sociais ou sociologia política, de modo que suas atividades são anteriores à data indicada na plataforma, porém não na forma de programa institucionalizado autonomamente.

<sup>8</sup> Incluem-se aqui docentes permanentes, colaboradores e visitantes.

<b>Instituição</b>	<b>Início das Atividades<sup>7</sup></b>	<b>Cursos Oferecidos</b>	<b>Número de linhas</b>	<b>Número de docentes<sup>8</sup></b>
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	2010 <sup>9</sup>	ME/DO	3	22
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	1974	ME/DO	5	22
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2017	ME	2	11
Universidade Federal de Goiás (UFG)	2012	ME	4	16
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1969	ME/DO	5	24
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	2011	ME/DO	3	11
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1982	ME/DO	5	21
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2008	ME/DO	2	16
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	2017	ME	3	16
Universidade Federal do Pará (UFPA)	2008	ME	2	15
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2009	ME/DO	3	17
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1973	ME/DO	4	26
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1994	ME/DO	6	20

Fonte: Elaboração dos/as Autores/as.

Os dados acima indicam que a pós-graduação em CP está concentrada exclusivamente em universidades públicas, sendo 81,25 % em Universidades Federais. Considerando que entre as unidades federativas 61,5% dos cursos foram iniciados após o REUNI, podemos inferir que este programa teve um impacto direto no processo de consolidação da institucionalização e autonomização da CP na pós-graduação. Nesse sentido, devemos considerar que:

A análise acerca do quanto aspectos extra-acadêmicos ajudam a compor o campo acadêmico e influenciam na produção de conhecimento, nas possibilidades de ingresso e de prosseguimento de carreiras, na sedimentação de hierarquias internas, de programas de pesquisas, na possibilidade de construção e consagração de reputações (pessoais e institucionais) é um aspecto crucial para que se possa compreender as interações entre politólogos e politólogas na região (Madeira, Codato e Bulcourf, 2019, p. 494).

<sup>9</sup> Esta data refere-se à reestruturação do Programa de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ainda que ele tenha se originado da reestruturação do Programa existente no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) vinculado à Universidade Cândido Mendes (UCAM), fundado em 1969.

Seguindo esse raciocínio, percebemos que o delineamento das linhas de pesquisa na pós-graduação é necessariamente um processo orientado tanto a partir das tradições intelectuais postas nesse campo, quanto das demandas que emergem em meio às transformações políticas e sociais mais amplas. Partindo do pressuposto de que as propriedades de um espaço acadêmico específico não são geradas de forma apriorística, ou seja, possuem valor somente neste universo de referência (Bourdieu, 1983), podemos compreender que as linhas de pesquisa dos PPGCP são expressões *sui generis* das especificidades das dinâmicas e das lutas no interior da CP no Brasil.

Apesar de uma dispersão inicial que pode ser observada, que nos coloca diante de 55 diferentes linhas de pesquisa, podemos encontrar alguma unidade nesse conjunto, ou ao menos certas tendências. Segundo Oliveira *et al.* (2020), no conjunto das linhas de pesquisa dos PPGCP destaca-se a presença de temas clássicos, como o Estado, economia e as políticas públicas, dividindo espaço com novas temáticas que têm se apresentado no horizonte da área, tais como os estudos de “política comparada”, que abarcam um conjunto significativo de linhas de pesquisa, e outros temas mais dispersos, como “cultura política”, “elites políticas”, etc.

Apesar da relevância social do objeto educacional, bem como a maior visibilidade a partir dos anos 2000 de questões relacionadas às ações afirmativas no ensino superior e das próprias políticas educacionais, não encontramos em qualquer das 55 linhas de pesquisa menção ao assunto educacional, seja em seus títulos ou em suas ementas. Este dado nos aponta para uma posição periférica da questão educacional na agenda de pesquisa da CP no Brasil. Tal cenário aponta para o fato de que no campo das Ciências Sociais essa seria a área que menos se aproximaria do campo educacional, uma vez que, se registra a existência de linhas de pesquisa vinculadas à questão educacional em Antropologia (Oliveira, Búrigo e Boin, 2016) e em Sociologia (Oliveira e Silva, 2016).

Por outro lado, podemos interpretar com isso, tal como Sobral (2013) observa ao analisar o campo da sociologia, que a temática educacional recorrentemente encontra-se inserida em agendas mais amplas, que envolvem temas já consolidados em determinado campo. Devemos ainda considerar que em CP há pelo menos duas dimensões responsáveis por dar forma à produção acadêmica na área:

A primeira é a *definição do objeto de estudo*, isto é, a *maneira de se definir* “político”. Trata-se da adesão a uma determinada visão do que deve ser o objeto legítimo da ciência política. A segunda é a *maneira de se abordar* o objeto. Trata-se da eleição dos métodos e abordagens considerados legítimos.

Da segunda dimensão poderiam derivar n elementos potencialmente relevantes. No que se refere à ciência política, achamos que ela compõe-se especialmente (1) de diferenças relativas ao método e ao estilo de pensamento e (2) da ordem de fatos mobilizada para explicar ou descrever o objeto (Leite, 2010, p. 152, grifos do autor).

Analisando por esse ângulo, podemos concluir que a ausência de menção à questão educacional nas linhas de pesquisa dos PPGCP reflete principalmente a pouca autonomia desse objeto na agenda de pesquisa da CP, considerando que sua definição enquanto objeto de estudo encontra-se inserida num debate mais amplo sobre o político. Obviamente que a maior ou menor autonomia de determinado objeto reflete as próprias disputas no campo em torno da hierarquização dos objetos legítimos ou dignos no seu interior (Bourdieu, 2005, 2008), bem como o peso que os elementos “externos” ao campo possuem nessas disputas.

#### 4 O Perfil dos Pesquisadores que Investigam Educação em PPGCPs

Dada a ausência da Educação nas linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil<sup>10</sup>, a análise do perfil dos professores pesquisadores deste domínio que dialogam com as questões educacionais, em seu percurso formativo e em sua atuação profissional, possibilita-nos apreender a forma como a CP tem objetivado os fenômenos educativos no interior de sua agenda de pesquisa. Nosso levantamento identificou 109 professores que possuem alguma relação com a área da educação, o que representa cerca de 1/3 de nosso universo. Isto quer dizer que, ainda que incidentalmente, estes pesquisadores estabelecem vínculos com a Educação, especialmente participando de projetos de extensão e orientando trabalhos na temática educacional. Além desses, identificamos outros 25 professores que se encaixavam em nossos critérios de inclusão – ou seja, que cumpriam pelo menos três dos indicadores da relação com a Educação em seus currículos –, sendo esta a amostra com a qual trabalhamos<sup>11</sup>.

Partindo, então, do pressuposto de que “[...] o homo academicus é gerado no campo universitário ao mesmo tempo em que o estrutura, em um dado momento de sua história” (Hey, 2008, p. 101), compreendemos a presença da Educação nas trajetórias desses 25 cientistas políticos como uma das expressões da constituição das agendas de pesquisa da CP brasileira e um dos processos de luta por hierarquias de objetos, e ainda por posições no interior do campo, que tal movimento engendra.

Um cientista é o campo científico feito pessoa, cujas estruturas cognitivas são homólogas às estruturas do campo e, por essa razão, *constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo*. [...] Cada ato científico é, como qualquer prática, o produto do encontro de duas histórias, a história corporificada na forma de disposições e a história objetivada na própria estrutura do campo assim como em objetos técnicos (tais como instrumentos), publicações etc. (Bourdieu, 2008, p. 41, 35, grifos nossos).

Desse modo, objetivar o lugar da Educação nas histórias dos cientistas políticos aqui analisadas significa, concomitantemente, um exercício de vislumbrar o próprio espaço acadêmico específico da Ciência Política em sua especificidade na interlocução com as questões educacionais. Considerando, portanto, o nosso recorte, temos a seguinte distribuição de docentes que possuem vinculação com as questões educacionais nos respectivos programas de pós-graduação em CP:

---

<sup>10</sup> Dentre todos os programas avaliados pela área, apenas no mestrado profissional em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) há uma linha de pesquisa denominada “Políticas de Saúde e Educação”. Todavia, nesse trabalho estamos examinando apenas os programas estritamente de Ciência Política, como já indicado anteriormente.

<sup>11</sup> Identificamos um docente credenciado em mais de um programa, embora seu Currículo Lattes não conste o duplo pertencimento. Desta maneira, nossa análise do perfil docente considerou apenas o seu credenciamento junto ao PPGCP da UFPE.



**Quadro 2: Docentes com atuação na área da Educação**

INSTITUIÇÃO	PROFESSOR	VÍNCULO	ÁREA DE FORMAÇÃO DOUTORADO	GERAÇÃO (conclusão doc.) <sup>12</sup>
<b>Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)</b>	Professora 1	permanente	História - UFPE	2005-2009
	Professor 2	colaborador	Educação - UFC	2010-2014
	Professora 3	permanente	Ciência Política IUPERJ	2010-2014
<b>Universidade de São Paulo (USP)</b>	Professora 4	permanente	Ciência Política - USP	1995-1999
	Professora 5	permanente	Ciência Política - IESP/UERJ	2010-2014
<b>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)</b>	Professor 6	permanente	Sociologia - UERJ	2010-2014
<b>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</b>	Professor 7	permanente	Ciência Política - USP	2010-2014
	Professora 8	permanente	Ciências Sociais - UNICAMP	1995-1999
	Professor 9	colaborador	Filosofia - USP	1985-1989
<b>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</b>	Professora 10	colaboradora	Políticas Públicas e Administração Pública - George Washington University	2010-2014
	Professor 11	permanente	Ciência Política - IUPERJ	1995-1999
	Professora 12	permanente	Ciência Política - USP	2000-2004
	Professora 13	permanente	Ciência Política - IUPERJ	2005-2009
	Professora 14	permanente	Ciência Política - IUPERJ	2005-2009
<b>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)</b>	Professora 15	permanente	Ciência Política - UFRGS	2010-2014
<b>Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</b>	Professora 16	permanente	Ciência Política - UFPE	2010-2014
	Professor 17	permanente	Engenharia de Produção - UFRJ	1990-1994
<b>Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)</b>	Professora 18	colaboradora	Ciência Política - USP	2000-2004
<b>Universidade Federal do Pará (UFPA)</b>	Professor 19	permanente	Études Politiques - EHESS	2000-2004
	Professor 20	permanente	Ciência Política - UFMG	2015-2019
<b>Universidade Federal do Paraná (UFPR)</b>	Professora 21	colaboradora	Educação - UFSCAR	1995-1999
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</b>	Professor 22	colaborador	Desarrollo Psicológico y Aprendizaje Escolar - UAM/ Madrid	2000-2004
	Professora 23	permanente	Sociologia - UFRGS	2005-2009
	Professora 24	colaboradora	Ciência Política- UFRGS	2005-2009
	Professor 25	permanente	Ciência Política - UFRGS	2000-2004

Fonte: Elaboração dos/as Autores/as.

<sup>12</sup> Estabelecemos gerações com o intervalo de 5 anos e considerando a data de término do doutoramento.

A partir deste quadro observamos que a antiguidade do programa de pós-graduação e a quantidade de docentes credenciados não garante a maior presença de professores vinculados à área da Educação, como no caso da Universidade de São Paulo/USP (com apenas 2 indicações, tendo 54 professores em seus quadros), Universidade de Brasília/UnB (com 21 professores) e Universidade Federal Fluminense/UFF (com 20 docentes)<sup>13</sup>, estas sem representação em nosso recorte. Ao mesmo tempo, é significativo que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituições importantes no processo de institucionalização da Ciência Política no país, compreendam boa parte dos pesquisadores voltados às questões educacionais, circundando diferentes gerações de docentes, enquanto que programas criados mais recentemente (UFCG, UFG, UNIRIO) não possuem em seus quadros professores próximos da área da Educação<sup>14</sup>.

Interessante perceber ainda que majoritariamente estamos nos referindo a pesquisadores titulados em centros de excelência no âmbito da CP, realizados principalmente no Brasil, seguindo a lógica de nacionalização dos diplomas que ocorreu na área nas últimas décadas (Bordignon, 2019). Entre os 14 pesquisadores titulados em CP no Brasil, 10 realizaram sua formação doutoral em programas considerados de excelência pela CAPES (notas 6 e 7), destacando-se os programas da USP e do IESP<sup>15</sup>, o que tenderia a apontar para um quadro de pesquisadores bem treinados em suas expertises.

Ainda com relação à formação acadêmica desse grupo de pesquisadores é interessante destacar a forte tendência interdisciplinar, uma vez que 9 deles realizaram estudos doutorais em outras áreas do conhecimento<sup>16</sup>. Isto pode apontar para o fato de que em alguns casos a interface com a educação não é realizada a rigor por cientistas políticos, mas por pesquisadores que, provindos de outros campos disciplinares, realizam pesquisas na interface com a CP – esta interdisciplinaridade pode ser tomada como um traço significativo da história de autonomização da CP, e que, possivelmente, pode ser tomado à análise para pensar tanto a sociologia e a antropologia quanto grandes áreas do conhecimento no campo científico brasileiro.

Neste panorama, é emblemático que a maioria dos sujeitos no interior da CP alinhados às temáticas educacionais seja formada por mulheres, representando 60% de nossa amostra, enquanto elas permanecem sub-representadas no quadro mais amplo de docentes nos programas de CP brasileiros (Rocha-Carpiuc e Madeira, 2019). Segundo o levantamento realizado por Candido, Feres Júnior e Campos (2019), entre as áreas das Ciências Sociais a CP é aquela que apresenta maior proporção de homens na composição do quadro docente de suas pós-graduações, totalizando 67%

---

<sup>13</sup> O caso da UFF pode transparecer também efeitos da separação dos programas de pós-graduação, antes de caráter interdisciplinar (Ciência Política e Antropologia, criado em 1994), separando-se em 2003. Seu quadro docente, então, é composto por boa parte da geração da década de 1990 e poucos da década seguinte, vinculando-se às questões educacionais apenas por orientar trabalhos na área. A pós-graduação em Antropologia na UFF, por sua vez, possui nas linhas de pesquisa interfaces com a educação.

<sup>14</sup> A relação aqui entre as disposições dos agentes inseridos nessas instituições e as próprias estruturas do campo da CP, em termos bourdieusianos (2008), com especial atenção ao lugar da educação, evidencia processos heterogêneos de rupturas e permanências nas agendas de pesquisa das disciplinas que compõem as ciências sociais no Brasil.

<sup>15</sup> Como já indicado, o IESP originou-se da migração dos professores, alunos e funcionários do IUPERJ para a UERJ. Sendo assim, para fins da análise aqui realizada, considera-se os titulados pelo IUPERJ e pelo IESP como titulados pelo mesmo centro formativo.

<sup>16</sup> Inclui-se aqui aqueles titulados em Sociologia, porém, excluiu-se o caso da pesquisadora doutora em Ciências Sociais, uma vez que a CP constituiu uma área dentro desse campo mais amplo.

dos professores que integram os programas avaliados na área de CP e Relações Internacionais. Se analisarmos os bolsistas de produtividade em pesquisa da área de CP no nível 1A, há apenas duas mulheres entre os oito pesquisadores classificados no nível mais alto da hierarquia do CNPq.

Chama a atenção, portanto, que numa área predominantemente masculina haja uma presença tão expressiva em determinado campo temático. É possível inferir que a Educação, ao ocupar um lugar mais “periférico” na agenda das Ciências Sociais brasileiras (Gouveia, 1989; Weber, 1992; Silva, 2002), acabe se tornando um campo de investigações ocupado, justamente, por aqueles agentes que não ocupam uma posição dominante no universo acadêmico das Ciências Sociais em geral, e da CP em particular.

Seria válido ainda mencionar que o campo educacional é uma das áreas com participação mais incisiva de mulheres em seu *corpus* de pesquisadores. Como bem observam Leite e Rocha Neto (2017), entre os bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq na área de Educação as mulheres são maioria, ainda que essa proporção diminua nos níveis mais elevados, evidenciando as questões que tocam à desigualdade de gênero na academia. Este cenário contrasta com o que é observado em todas as grandes áreas de conhecimento, nas quais os homens continuam representando a maior parte dos bolsistas de produtividade (Guedes, Azevedo e Ferreira, 2015).

Além disso, verificamos que é a nova geração de docentes, embora mais especializada em termos formativos, que tem dialogado mais fortemente com as questões educacionais. Assim, ainda que percebamos que o número de programas de pós-graduação em CP e de periódicos especializados tenha praticamente dobrado nas últimas duas décadas (Cervi, 2018), reforçando os processos de divisão disciplinar e de autonomização (Leite e Codato, 2013), as temáticas de interesse dos pesquisadores não se restringem ao “político”, sendo, em verdade, bastante plurais – como se verá melhor adiante. A aproximação mais recente de alguns programas de pós-graduação em CP da Educação Básica também é indicativo de que, embora não haja linhas de pesquisa próprias da educação e ensino, há iniciativas institucionais promovendo a maior articulação entre estes campos<sup>17</sup>. Soma-se a isso o processo de universalização ao Ensino Fundamental ao final da década de 1990, e a expansão do acesso ao Ensino Médio e Superior no Brasil a partir dos anos 2000. Como podemos observar, o conjunto de professores que atua nos programas de CP que se dedica à questão educacional foi formada, majoritariamente, nesse contexto, num momento em que a questão educacional ganha proeminência no debate político.

Dessa forma, nossa incursão pelas trajetórias dos cientistas políticos em questão nos levou a interrogar suas iniciativas ligadas ao desenvolvimento e orientação de pesquisas relacionadas à questão educacional. Para tal, ocupamo-nos de três frentes de informações presentes nos currículos dos agentes aqui estudados, são elas: os trabalhos monográficos desenvolvidos no percurso formativo (trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese); os projetos de pesquisa; e as orientações no âmbito da pós-graduação. Tanto para os projetos, quanto para as orientações, levou-se em consideração aqueles que estão em andamento neste momento e também os já concluídos – o que nos oferece um olhar sobre as continuidades e descontinuidades no sentido do diálogo entre a CP e a educação.

---

<sup>17</sup> A Plataforma Sucupira disponibiliza dados sobre a “Interfaces com a educação básica”, nos quais programas como a UERJ, UFPE, UNB, UNICAMP, UFCG e UNIRIO participam mais ativamente. Há outras instâncias que também têm acolhido a relação da CP com a educação básica, como a ABCP, que conta em seu encontro bianual com Grupo de Trabalho específico no tema.

Pouco mais de um terço de nossa amostra desenvolveu algum trabalho monográfico relacionado à educação, o detalhamento deste dado revela que: dos 9 cientistas políticos (36% do total) que estabeleceram uma interlocução com a educação nos seus percursos formativos, 2 o fizeram em seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Ciências Sociais (“Violência e educação: um estudo sobre adolescentes em conflito com a lei”) e em Psicologia (“Psicologia Escolar-Educacional frente à Segurança Alimentar: um estudo em Guaribas/PI”); em contrapartida, 7 desenvolveram investigações que promoveram uma comunicação entre questões educacionais e CP a nível pós-graduado (1 o fez a partir da especialização, 3 no mestrado e 3 no doutorado) – ainda no âmbito das suas formações, três sujeitos desenvolveram trabalhos sobre educação em mais de um momento em suas formações, sendo um deles na especialização e no mestrado, outro no mestrado e no doutorado, e o último na graduação, mestrado e doutorado – este último sujeito foi o único a apresentar uma trajetória tão próxima da área da Educação, e aqui vale destacar que trata-se de um pesquisador com formação inicial em Psicologia e mestrado e doutorado em Educação.

Este quadro nos informa que a pós-graduação foi o espaço privilegiado para o estabelecimento da ponte entre CP e educação para 28% dos professores aqui analisados. Em complemento a este dado, podemos afirmar que 16 dos nossos sujeitos somente passaram a dialogar com objetos ligados à educação em momento posterior ao seu processo formativo, o que nos indica que a sua atuação profissional pode ter figurado como pêndulo de atração para as questões educativas – seja como objeto principal, ou como um elemento para explicar outros objetos mais tradicionalmente bem colocados no campo da Ciência Política no país. Esta aproximação “tardia” com o objeto educacional pode ainda refletir o advento de financiamentos específicos para projetos vinculados à educação, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)<sup>18</sup>, cursos de pós-graduação financiados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)<sup>19</sup> etc. Em outros termos, além das disposições sociais incorporadas, é possível inferir que a estrutura do campo e os recursos disponíveis sejam capazes de moldar a ação dos agentes.

No que tange às continuidades e descontinuidades, destaca-se o fato de que todos os cientistas políticos que desenvolveram trabalhos monográficos em interface com a educação continuaram a trabalhar nesta interseção quando da sua atuação como professores do ensino superior, posto que a totalidade deste grupo prolonga o diálogo com a educação por meio da participação e coordenação de projetos de pesquisa ou da orientação de mestrandos e doutorandos. Esta questão nos leva a compreender que, no caso deste grupo de cientistas políticos, o desenvolvimento de estudos e investigações marcadas pela interação CP-Educação nas suas trajetórias formativas constituiu fator decisivo para que estabelecessem uma relação duradoura com os exercícios de objetivar as questões educacionais, e ainda que este prolongamento pode ter desencadeado uma identificação desses professores pesquisadores com uma agenda de pesquisa voltada para a educação capaz de atrair orientandos na pós-graduação que desejam dedicar-se a temas correlatos.

No trabalho realizado a partir dos projetos de pesquisas, dos 25 professores de CP aqui analisados, temos que 84% deles apontam participação e/ou coordenação de projetos que, direta ou

---

<sup>18</sup> No levantamento realizado por Oliveira e Binsfeld (2018) sobre os pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em Ciências Sociais na região Sul do país dedicados ao tema do ensino observou-se uma tímida participação de cientistas políticos, e ainda que sua aproximação com o campo ocorria principalmente por meio da coordenação de projetos PIBID.

<sup>19</sup> Secretaria vinculada ao Ministério da Educação criada em 2004 e que teve suas atividades encerradas em 2019.

indiretamente, relacionam-se com a educação. Entre projetos concluídos e em andamento, identificamos um total de 64 projetos de pesquisa neste escopo CP-Educação, o que é sintomático do lugar que a educação vem ocupando na Ciência Política brasileira, uma vez que, apesar de não haver menção às questões educativas nas linhas de pesquisa dos PPGCP, um número considerável de projetos de investigação nos indica que os cientistas políticos têm tratado de fenômenos educacionais com base em um diálogo com temas considerados mais legítimos e já assentados no campo da CP, o que permite que tais projetos figurem no interior dessas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Ciência Política.

Do total de 64 projetos de pesquisa, 19 (ou 30%) encontram-se em andamento, enquanto 45 (ou 70%) já foram concluídos – no grupo de projetos concluídos chama atenção que o projeto mais antigo desenvolvido no seio da CP sobre educação data do ano de 1983 (trata-se do projeto “Escolas Comunitárias: Sementes ou Cinzas?”, 1983-1984), o que corrobora certa presença histórica das questões educacionais neste domínio, sendo confirmada por projetos que marcam todas as décadas desde então, em um sentido crescente.

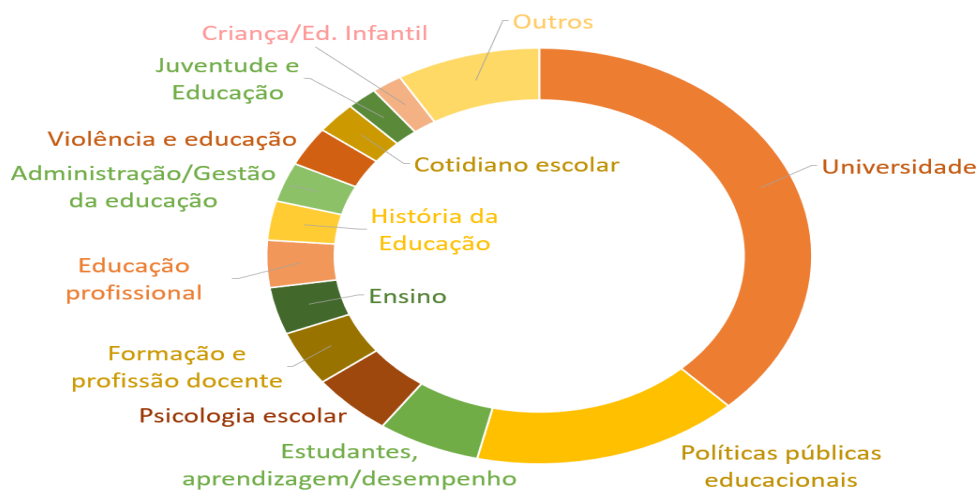
No que tange às orientações em nível de mestrado e doutorado, por sua vez, a porcentagem geral aproxima-se bastante dos números relativos à coordenação e/ou participação em projetos de pesquisa, 19 professores, dentre os 25 sujeitos que compõem nossa amostra, (o que equivale a 76%) já orientaram e/ou orientam estudantes que, nos seus trabalhos de pós-graduação, dedicam-se a temáticas híbridas entre Ciência Política e Educação. Este conjunto de professores orientou e/ou orienta um total de 65 trabalhos de pós-graduação *stricto sensu*, os quais podem ser agrupados da seguinte maneira: são 14 teses de doutorado (5 concluídas e 9 em andamento) e 51 dissertações de mestrado (35 concluídas e 16 em andamento) – a orientação mais antiga tem defesa datada de 1992, trata-se de uma dissertação, defendida na Unicamp, acerca da educação política em um sindicato; aqui, como nos projetos de pesquisa anteriormente tratados, as orientações também demarcam uma continuidade das reflexões sobre questões educacionais nos programas de CP no país.

O que todas estas frentes podem ter em comum no que tange à análise que estamos a empreender? Elas, quando tomadas em conjunto, oferecem-nos uma mirada para as temáticas que têm ganhado destaque na interface da Ciência Política com a educação, e nos permitiram a seguinte sistematização<sup>20</sup>:

---

<sup>20</sup> As temáticas aqui sistematizadas advêm dos trabalhos monográficos, dos projetos de pesquisa e das orientações do grupo de cientistas políticos aqui analisado. Faz-se mister esclarecer que, por vezes, um mesmo trabalho ou uma mesma investigação contemplou mais de um tema, em função de um caráter interdisciplinar e de correlações de elementos distintos, que se mostraram fortes marcas do corpus com o qual trabalhamos.

**Gráfico 1: A presença da Educação na Ciência Política brasileira: principais temas**



Fonte: Elaboração dos/as Autores/as.

Em um primeiro momento chama atenção a diversidade de temáticas que se apresenta no interior da Ciência Política, quando da sua ligação com as questões educacionais: se contabilizarmos os temas contidos na categoria “outros”<sup>21</sup>, teremos um total de 10 temáticas contempladas. De modo geral, destacam-se os seguintes aspectos: a) todos os níveis da educação nacional encontram-se representados nesta seara, da educação infantil à pós-graduação, com articulações que envolvem a educação formal (especialmente a universidade e a escola) e a educação não-formal (a exemplos dos sindicatos e dos movimentos sociais); b) o caráter interdisciplinar é uma das marcas da relação CP-Educação, e que vai além de um diálogo mútuo entre essas duas áreas, aqui o diálogo amplia-se para domínios como a História, a Economia, a Psicologia, a Filosofia e a própria Sociologia; c) a pesquisa comparada também constitui uma marca relevante para o conjunto dessas temáticas, uma vez que sistemas educativos, legislações e políticas ligadas à educação são comumente confrontados a partir de diferentes realidades – destacam-se aqui os movimentos de comparação entre Brasil e os seguintes países e região: Argentina, Finlândia, França, Alemanha, Estados Unidos, Paraguai, Guiné-Bissau e o bloco da América Latina.

A categoria “Universidade” aparece com a aparente robustez percentual de aproximadamente 40%, os principais debates compreendidos nesta categoria são, respectivamente, em ordem de numérica: a Academia e a formação e papel do intelectual; as ações afirmativas nas universidades; a internacionalização da universidade brasileira; a comparação entre diferentes países e suas realidades no ensino superior; o ensino neste nível educacional; a expansão do ensino superior; além de temas com menor presença, como a graduação em Ciência Política, a assistência estudantil, a extensão, a governança universitária, a avaliação, a inclusão de pessoas com deficiências e a pós-graduação.

Parece-nos oportuno correlacionar o debate acerca do ensino superior e sua pujança no interior da Ciência Política brasileira com a mesma força que este debate apresenta no caso da Sociologia no

<sup>21</sup> Esta categoria condensa as seguintes temáticas: Educação ambiental; Tecnologias e Educação; PIBID; Gênero e Sexualidade; Educação de Jovens e Adultos; Educação inclusiva; Currículo; Educação popular; Teoria educacional; e Movimentos Sociais.

país (Martins e Weber, 2010; Oliveira e Silva, 2016; Barbosa e Gandin, 2020). Esta dupla presença do ensino superior como uma das principais frentes de pesquisa nessas duas áreas nos fala sobre o lugar da Educação de maneira mais ampla no seio das Ciências Sociais, entende-se, pois, que as transformações neste grau de ensino têm mobilizado os cientistas sociais brasileiros, em diferentes áreas de especialidade, a desenvolverem estudos, pesquisas, orientações de pós-graduandos e produção sobre o ensino superior, suas instituições, relações e seus sujeitos.

Já a categoria “Políticas públicas educacionais”, que corresponde a 16% no âmbito das temáticas, traz também uma diversidade interna que nos permitiu vislumbrar os seguintes debates em seu interior: a correlação das políticas educacionais com as políticas sociais de maneira geral, figurando aqui com destaque o Bolsa Família; há um interesse pela Educação Básica, incluindo aqui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, além da modalidade de educação profissional; as políticas de financiamento da educação figuram com forte presença; a comparação entre Brasil e Argentina no âmbito de suas políticas públicas educacionais; e o Escola Sem Partido.

Se tomarmos em conjunto as categorias como “Estudantes, aprendizagem/desempenho”, “Psicologia escolar”, “Ensino”, “Violência e Educação”, “Cotidiano escolar” e “Criança/Ed. Infantil” – que somam 22% – evidencia-se uma forte frente de reflexões acerca da instituição social escolar, e das relações e sociabilidades que se dão no seu interior. Neste caso, é comum o olhar lançado, a partir da Ciência Política, para a escola ser marcado por uma correlação de outros temas e objetos, especialmente sobre o alcance das políticas públicas na sua configuração cotidiana.

Ademais, ratifica-se a multiplicidade de temáticas na explicitação dos diálogos entre Ciência Política e Educação, a qual nos fala sobre um interesse diversificado nos fenômenos educacionais e em suas correlações com outros elementos da sociedade brasileira. Neste escopo parece despontar, no interior da CP, uma preocupação com questões ligadas à formação, tanto dos novos quadros de cientistas políticos (o que se expressa na categoria “Universidade” e a presença de discussões sobre as graduações de CP), quanto de professores (expressa pelas categorias “Formação e Profissão docente”, “Ensino” e pela temática ligada ao “PIBID”, esta última encontra-se no interior da categoria “Outros”).

## **5 Considerações finais**

As relações entre as Ciências Sociais e a Educação no Brasil têm ocupado os pesquisadores em movimentos de autorreflexão nas últimas quatro décadas, com especial assiduidade no âmbito da Sociologia, contudo, até o momento as especificidades desses diálogos estabelecidos no caso da Ciência Política não haviam sido interrogadas. Nosso objetivo neste artigo girou em torno de tais especificidades, no sentido de buscar compreender o lugar da educação no campo da CP brasileira, os programas de pós-graduação e seus professores pesquisadores figuraram aqui como fontes de informações e dados para o desenvolvimento de nosso estudo.

A história de institucionalização e autonomização do campo da Ciência Política no país passa necessariamente pelas universidades e pela criação dos programas de pós-graduação e, nesse sentido, pela posição privilegiada que tais programas ocupam no campo científico nacional, vislumbrar os diálogos CP-Educação, por meio dos professores credenciados nos PPGCP, mostrou-se um exercício frutífero no sentido de nosso objetivo. O estudo demonstrou que a educação não ocupa um lugar central na agenda de pesquisa da CP brasileira, o que em si curiosamente não significa que não haja

desenvolvimento de pesquisas nesta interface em seu interior. Foram identificados 25 cientistas políticos, sendo 15 mulheres e 10 homens, que em suas trajetórias formativas e profissionais estabelecem um diálogo com as questões educacionais e, por isso, acabam por fazer emergir, por meio de seus próprios itinerários, as relações entre a Ciência Política e a Educação.

Interessante perceber que numa área marcada por uma forte presença masculina, e por uma tendência cada vez maior à disciplinarização, a Educação seja pesquisada principalmente por mulheres e por pesquisadores com formação interdisciplinar. Isso pode nos apontar para o fato de que não apenas a Educação permanece como um objeto periférico na agenda da CP brasileira – como atesta a inexistência de linhas de pesquisa nessa área –, talvez de forma mais enfática que nas demais Ciências Sociais, como também seria algo relegado a agentes que não ocupam uma posição dominante nesse campo.

É possível inferir que a centralidade que a pesquisa sobre Ensino Superior assume para o conjunto de pesquisadores aqui analisados reflete a expansão desse setor e do seu acesso, bem como a centralidade que seu debate assume na arena política. Este processo ocorre principalmente no período de formação acadêmica da maioria desses pesquisadores, o que nos leva a crer que as implicações políticas, sociais e acadêmicas desse processo impactou diretamente na formação de suas agendas de pesquisa.

O constructo bourdieusiano de campo científico nos permitiu compreender todas essas questões, do lugar da educação no interior da CP aos agentes que primordialmente ocupam-se dela, como frutos de processos históricos próprios das lutas pela autonomização da Ciência Política no Brasil, de suas relações com as outras disciplinas que compõem as ciências sociais nesse país e ainda com outros domínios com as quais têm estabelecido diálogo ao longo de sua consolidação. Olhar para esta relação entre CP e educação nos levou a compreender que as estruturas da disciplina aqui analisada – instituições, agentes, relações de poder, linhas de pesquisa, bem como projetos de investigação, publicações e orientações – nos comunicam uma complexa teia de relações próprias da indissociabilidade entre o campo e seus agentes, o desenho de sua agenda de pesquisa mais ampla e a conformação dos interesses individuais e coletivos, o espaço de possibilidades para a construção de uma autonomia relativa e as disputas por legitimação que se dão no interior da CP brasileira.

Também é importante mencionar que a interface entre a CP e a Educação na pós-graduação pode ser ainda maior, se considerarmos os pesquisadores com formação em CP que atuam em Programas de Pós-Graduação em Educação. Essa questão poderia ser objeto de futuros trabalhos que se proponham a examinar o escopo interdisciplinar da pesquisa em educação no Brasil, enfatizando o lugar da CP em sua elaboração e desenvolvimento.

Ainda que não seja possível afirmar que a Educação ocupa um lugar de destaque na agenda da CP brasileira (muito pelo contrário), o principal achado desse levantamento é a possibilidade de dimensionar o lugar que essa área ocupa nesse campo, algo sistematicamente ignorado pelos balanços realizados até então no Brasil.

## **Referências**

AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S., BRAGA, Maria do Socorro (Orgs). *A Ciência Política no Brasil 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.



BALL, Stephen J. The Sociology of Education: a disputational account – general introduction. In: BALL, Stephen J. (Org.). *The Routledge Falmer Reader in Sociology of Education*. Londres: Routledge, 2004.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; GANDIN, Luís Armando. Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 91, p. 1-26, 2020.

BIANCHETTI, Lucídio. *O processo de Bolonha e a globalização da educação superior: antecedentes, implementação e repercussões no que fazer dos trabalhadores da educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

BORDIGNON, Rodrigo. Trajetos escolares e destinos profissionais: o caso das ciências sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 18, n. 41, p. 88-114, jan-abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Florianópolis: EDUFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 29 jun. 2020.

CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Desigualdade na elite da ciência política brasileira. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 564-582, set.-dez. 2019.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. *Documento de Área. Área 39: Ciência Política e Relações Internacionais*. 2019. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/ciencia\\_politica\\_rel\\_internacionais.pdf](https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ciencia_politica_rel_internacionais.pdf). Acesso em: 01 mar. 2020.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011.

CERVI, Emerson Urizzi. O papel da ciência política no discurso científico brasileiro: institucionalização e avanços de uma área em construção. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 86, p. 116-137, out. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. A educação na sociologia: um objeto rejeitado? *Cadernos Cedes*, n. 27, p. 9-22, 1992.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, p. 1-22, fev. 1997.

GOUVEIA, Aparecida Joly. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre educação. *Tempo Social*, v. 1, n.1, p. 71-79, 1989.

GUEDES, Moema C.; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 367-399, jul.-dez. 2015.

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2008.

JAKOBI, Anja P.; MARTENS, Kerstin; WOLF, Klaus Dieter. Introduction: a governance perspective on education policy. In: JAKOBI, Anja P.; MARTENS, Kerstin; WOLF, Klaus Dieter (Eds.). *Education in Political Science: discovering a neglected field*. Nova Iorque: Routledge, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

LEITE, Anderson Cleiton Fernandes; ROCHA NETO, Ivan. Perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em educação. *Revista Brasileira do Ensino Superior*, v. 3, n. 4, p. 97-112, out.-dez., 2017.

LEITE, Fernando. Posições e divisões na ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 37, p. 149-182, out. 2010.

LEITE, Fernando; CODATO, Adriano. Autonomização e Institucionalização da Ciência Política Brasileira: O Papel do Sistema Qualis-Capes. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2013.

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: LESSA, Renato (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política São Paulo: Discurso Editorial/Barcarlolla*, 2010.

LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maria Vargas. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas*, v. 13, n. 2, p. 416-435, set.-dez. 2013.

MADEIRA, Rafael Machado; CODATO, Adriano; BURCOULF, Pablo Alberto. História, desenvolvimento e ensino da Ciência Política no Brasil e na América Latina. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 489-503, set.-dez. 2019.

MARENCO, André. Ciência Política como vocação Profissionalização de doutores em Ciência Política no Brasil, 1996-2014. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 523-544, set.-dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, Leonardo; MILANO, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *A Ciência Política no Brasil, 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV/ ABCP, 2016.

MARTINS, Carlos Benedito; WEBER, Silke. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa (Orgs.). *Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Estudos Sociológicos sobre Educação no Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/CAPES, 2002.

OLIVEIRA, Amurabi. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de ciências sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 14, n. 31, p. 39-62, set.-dez. 2015.

- OLIVEIRA, Amurabi; BINSFELD, Willian. O ensino de ciências sociais na região sul: instituições e pesquisadores. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 14, p. 63-84, set.-dez. 2018.
- OLIVEIRA, Amurabi; BÚRIGO, Beatriz Demboski; BOIN, Felipe. A antropologia, os antropólogos e a educação no Brasil. *Anthropológicas*, v. 27, n. 1, p. 21-44, jan.-jun. 2016.
- OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, p. 1-15, jun. 2016.
- OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira; ENGERROFF, Ana Martina Baron; MELCHIORETTO, Beatriz. A trajetória da Ciência Política no Brasil e a sua autonomização: uma análise a partir dos programas de pós-graduação. *Pro-posições*, v. 31, p. 1-22, 2020.
- PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência Política no Ensino médio: Reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. *Em Debate*, n. 13, p. 75-95, 2015.
- ROCHA-CARPIUC, Cecilia; MADEIRA, Rafael Machado. Desigualdade de gênero, internacionalização e trajetórias acadêmicas na Ciência Política: evidências no Brasil e no Uruguai. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 545-563, set.-dez. 2019.
- SILVA, Camila Ferreira da. *(Ciências da) Educação no Brasil e em Portugal: autonomização dos espaços acadêmicos específicos*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- SILVA, Graziella Moraes. *Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-79)*. Braganca Paulista: Universidade São Francisco, 2002.
- SOBRAL, Fernanda. A educação na pós-graduação em sociologia: um objeto esquecido ou escondido? *Revista Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 19, s.p., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235528/28505>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- WEBER, Silke. A produção recente na área de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 81, p. 22-32, maio 1992.

*Artigo recebido em: Abril/2020*

*Artigo aprovado em: Junho/2020*

**Amurabi Oliveira** é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina e Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: [amurabi\\_cs@hotmail.com](mailto:amurabi_cs@hotmail.com)

**Camila Ferreira da Silva** é Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa e Professora Adjunta na Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [ferreira.camilasilva@gmail.com](mailto:ferreira.camilasilva@gmail.com)

**Ana Martina Baron Engerroff** é Doutoranda em Sociologia e Ciência Política e Bolsista da CAPES na Universidade Federal Santa Catarina. E-mail: [anambaron@hotmail.com](mailto:anambaron@hotmail.com)

**Beatriz Melchiorretto** é Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [biaclaudino190@gmail.com](mailto:biaclaudino190@gmail.com)

## **A Pesquisa e os Pesquisadores em Educação na Ciência Política Brasileira**

**Resumo.** As relações entre as Ciências Sociais e a Educação, enquanto áreas do conhecimento, objetos de estudo ou mesmo como elementos explicativos de outros objetos, vêm ganhando espaço nos dois campos. No entanto, há uma incipiente análise em torno dos diálogos entre a Ciência Política (CP) e a Educação, sendo este o escopo do presente artigo. Com o objetivo de analisar empiricamente como a questão educacional se coloca no domínio da CP no Brasil, evidenciamos o perfil dos pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em CP que se dedicam a temas educacionais, a partir do qual melhor compreendemos o processo de institucionalização desta agenda de pesquisa. Para tanto, levantou-se dados acerca dos programas de pós-graduação em CP e de seus agentes, escrutinando os currículos daqueles dedicados às questões educacionais. Observou-se principalmente uma forte presença de uma abordagem interdisciplinar, com destaque para a pesquisa sobre Ensino Superior entre estes pesquisadores.

**Palavras-chave:** Ciência Política; Educação; Pós-graduação; Campo Acadêmico.

## **Research and Researchers in Education in Brazilian Political Science**

**Abstract.** The relations between Social Sciences and Education, as areas of knowledge, objects of study or even as explanatory elements of other objects, have been gaining space in both fields. However, there is an incipient analysis around the dialogues between Political Science (PS) and Education, which is the scope of this article. In order to empirically analyze how the educational issue is situated in the field of PS in Brazil, we highlight the profile of researchers linked to graduate programs in PS that dedicate themselves to educational themes, from which we better understand the institutionalization process of this research agenda. To this goal, we collected data about the graduate programs in PS and its agents, scrutinizing the curricula of those dedicated to educational issues. We observed a strong presence of an interdisciplinary approach, with emphasis on research on Higher Education among these researchers.

**Keywords:** Political Science; Education; Graduate Programs; Academic Field.